

## **Por que não devem reabrir as escolas para o ensino secundário**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Somos um grupo de professores do ensino básico e secundário que tem lecionado em várias escolas, onde tomámos contacto com realidades económicas, sociais e culturais muito diversas. Enquanto profissionais que conhecem o terreno, partilhamos a nossa reflexão sobre o processo de reabertura das escolas do ensino secundário, com vista à realização de exames nacionais. No contexto da actual pandemia da Covid-19, com esta decisão, não está a ser cumprido o direito dos alunos portugueses ao ensino com garantia de igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

### ***Reabrir as escolas do ensino secundário constitui um risco acrescido sem retorno económico***

Do ponto de vista epidemiológico, é arriscado colocar indivíduos desta faixa etária em circulação. São jovens, frequentemente assintomáticos, autónomos nas suas deslocações (em vários transportes públicos) e com interações sociais intensas. É por isso impossível controlar as repercussões que causam enquanto sujeitos ativos de proliferação do contágio da COVID-19. Muitos destes jovens habitam com familiares que fazem parte da população de risco.

Do ponto de vista económico, não existem benefícios significativos da reabertura das escolas do secundário. O nível etário destes alunos dispensa a permanência dos pais em casa. Por outro lado, os custos associados à reabertura das escolas secundárias (máscaras, materiais de desinfeção, limpezas diárias, docentes e outros funcionários que, sendo dos grupos de risco, terão de recorrer a baixa médica justificada) serão elevados, numa fase em que o Estado necessita de verbas para outros fins.

### ***Manter os exames de acesso ao ensino superior não é adequado nem necessário***

Tem sido apresentado como argumento para a reabertura das escolas do ensino secundário a necessidade de realizar exames nacionais, para acesso ao ensino superior, em condições de igualdade. Este argumento deve ser questionado por duas vias: primeiro, a realização de exames adicionais não é essencial para uma ordenação equitativa dos candidatos ao ensino superior; segundo, nas circunstâncias actuais, a realização de exames agrava as desigualdades entre candidatos, em vez de as diminuir.

Note-se que os alunos do 12º ano, que constituem o grupo de candidatos potenciais ao ensino superior nos próximos meses, já realizaram dois exames nacionais no final do ano lectivo passado. Acresce que todo o seu percurso de ensino secundário até perto do final do 2º período do ano lectivo corrente foi feito com aulas presenciais. É, por isso, possível assegurar uma ordenação dos candidatos ao ensino superior que tenha em conta tanto o percurso escolar ao longo do ensino secundário, como o desempenho em exames de âmbito nacional.

No que respeita à questão da igualdade de circunstâncias, é um facto que o ensino à distância penaliza especialmente alguns tipos de alunos. Milhares de famílias não têm acesso a computadores e internet. Por diferentes motivos, incluindo a ausência de diretivas claras por parte do Ministério da Educação, as escolas não responderam todas do mesmo modo às medidas de confinamento. Isto traduziu-se em diferenças relevantes nos processos de ensino-

aprendizagem. Entre os mais penalizados encontram-se os alunos estrangeiros não falantes de Português, os alunos com necessidades educativas especiais e os alunos institucionalizados.

No entanto, tendo presente o contexto de pandemia, o regresso às aulas presenciais não asseguraria a eliminação das desigualdades entre candidatos ao ensino superior – arriscando-se até a agravá-las. Muitos alunos pertencem a grupos de risco devido a comorbidades, outros habitam com idosos e/ou familiares com situações de saúde extremamente frágeis. Vários destes alunos não vão ter a oportunidade de frequentar as aulas presenciais e ficarão sem qualquer rede que os auxilie na preparação para os exames nacionais.

***Outros exames podem realizar-se mais tarde, em condições mais adequadas***

Se, como vimos, os exames de acesso ao ensino superior são dispensáveis e/ou desadequados no actual contexto, há provas que poderiam ter lugar. Incluem-se aqui as provas de equivalência à frequência (para alunos que anularam a matrícula, excluíram por faltas ou que não tiveram avaliações por motivos de saúde) e exames nacionais das disciplinas específicas bienais para alunos do 12º ano que pretendam fazer melhoria de nota, ou para concluir o ensino secundário. A calendarização destas provas deverá depender da garantia das condições de segurança nas escolas, minimizando os riscos para a saúde pública e as situações de desigualdade.

***Não estão reunidas as condições para reabrir as escolas e assegurar as aulas***

Algumas escolas com ensino secundário têm várias centenas de alunos inscritos em disciplinas de exame nacional. Muitos dos professores que lecionam essas disciplinas têm filhos com idades inferiores a 12 anos ou estão no grupo de risco (mais de 60 anos e/ou com comorbidades), o mesmo acontecendo com os membros das direcções de agrupamento, os auxiliares operacionais e os técnicos administrativos.

Não é possível elaborar horários que respeitem um número restrito de alunos por sala, sem qualquer indicação da redução da carga horária das disciplinas, com os recursos humanos e logísticos existentes. Faltarão ainda professores para substituir os colegas que pertencem a grupos de risco.

Ou seja, muitas escolas não terão condições para corresponder ao que lhes está a ser solicitado. Acrescenta-se, assim, mais um fator de desigualdade entre alunos: uns terão as suas escolas abertas e as aulas a funcionar, outros ficarão excluídos dessa possibilidade.

Por todos estes motivos, defendemos que as escolas não devem voltar a abrir para o ensino secundário no actual ano lectivo.

Professores do ensino básico e secundário

30/04/2020